

Ministro manda a Plenário ação sobre regime de servidores do MP

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, determinou o julgamento diretamente pelo Plenário, sem análise da liminar, da ação direta de inconstitucionalidade que questiona a inclusão dos servidores do Ministério Público estadual no regime jurídico único dos servidores do governo de Goiás.

Nelson Jr./SCO/STF



Ministro Ricardo Lewandowski

A [Lei Estadual 20.943/2020](#) integrou os funcionários do MP ao novo estatuto dos servidores do Executivo. De acordo com a Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público (Ansemp), isso violaria a autonomia administrativa do órgão e o princípio da separação dos poderes, já que a alteração se deu por lei de iniciativa do governador.

Lewandowski pediu à Assembleia Legislativa e ao governador de Goiás que prestem informações em até dez dias. Em seguida, a Advocacia-Geral da União e a Procuradoria-Geral da República, sucessivamente, terão cinco dias para se manifestarem sobre o processo. *Com informações da assessoria do STF.*

ADI 6.920

Date Created

09/07/2021